



ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: O PROCESSO DE ENSINO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

FEITOSA, Erica Alves¹; SOUZA, Maewa Martina Gomes da Silva e²

RESUMO (ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: O PROCESSO DE ENSINO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL) – O presente artigo tem por objetivo realizar um estudo bibliográfico sobre o Atendimento Educacional Especializado, tendo como foco a atuação do professor especialista no ensino de crianças com Deficiência Intelectual, apresentando assim a formação e atuação deste profissional. Para tal, foi realizado uma pesquisa bibliográfica nas seguintes bases de dados, *Scielo*, banco de dissertações e teses da Unesp, utilizando as palavras-chave, “Atendimento educacional especializado”, “deficiência intelectual”, “ensino”, “professor especialista” e “educação inclusiva”. Os principais resultados demonstram a diferença entre o professor sem especialização e o professor especialista, apontando a necessidade de uma formação adequada, sendo a especialização ou pós-graduação para atuação no Atendimento Educacional Especializado.

Palavras chave: Atendimento Educacional Especializado. Deficiência Intelectual. Ensino. Professor Especialista. Educação Inclusiva.

ABSTRACT (SPECIALIZED EDUCATIONAL CARE: THE TEACHING PROCESS OF PEOPLE WITH INTELLECTUAL DISABILITIES) – This article aims to carry out a bibliographical study on Specialized Educational Service, focusing on the role of the specialist teacher in teaching children with Intellectual Disabilities, thus presenting the training and performance of this professional. To this end, a bibliographic search was carried out in the following databases, *Scielo*, Unesp dissertations and theses database, using the keywords "Specialized educational service", "intellectual disability", "education", "specialist teacher" and "inclusive education". The main results demonstrate the difference between the qualified teacher and the specialist teacher, pointing out the need for adequate training, with specialization or post-graduation to work in Specialized Educational Service.

Keywords: Specialized Educational Service. Intellectual Disability. Education, Specialist Teacher. Inclusive Education.

1. INTRODUÇÃO

O conhecimento histórico a respeito da Educação Especial foi construído por um longo caminho que passou por muitos anos e diferentes sociedades, porém este estudo será dedicado

ao Atendimento Educacional Especializado no Brasil, onde este foi trazido como benefício para os deficientes já na Constituição Federal de 1988 em seu Art. 208 “III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL, 1988, s.p.).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394) em seu artigo 58, a Educação Especial é apresentada como aquela oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para alunos com deficiência, transtornos globais, do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, e dispõe sobre o serviço de apoio especializado, locais de atendimento levando em consideração as especificidades de cada aluno.

Em 2002 as Diretrizes Curriculares para Formação de Professores de Educação Básica na resolução CNE/CP nº 1/2002 trata sobre a organização curricular do ensino superior para formar professores para atender as adversidades e especificidades dos alunos com deficiência. Em 2006 o Ministério da Educação cria o edital nº 1 sobre o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, para auxiliar na oferta do AEE, e assim ampliar o processo de inclusão.

Em 2008 foi criada a Política Nacional da Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE), para orientar o sistema de ensino para participação da clientela do AEE em escolas regulares. A resolução nº 4 instituiu as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica em 2009, que implementa o Decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008, onde a escola deve inserir AEE como proposta pedagógica, como recursos e atividades de acessibilidade e objetivos pedagógicos que sejam importantes para a formação do aluno. Em 2011 o Decreto nº 7.611 de 17 de novembro diz que em relação ao AEE e a educação especial, é dever do Estado garantir a educação gratuita, sistema educacional inclusivo a todos na rede regular de ensino. (SILVA, 2017, p. 13).

Assim sendo, o presente artigo abordará os temas Atendimento Educacional Especializado (AEE), a formação e atuação do professor especialista quanto ao ensino de crianças com Deficiência Intelectual (DI), visto que a pós-graduação tem como objetivo a formação de Especialistas nesta área, observou-se que seria muito adequado ampliar os conhecimentos do campo de atuação além do professor especialista.

A relevância deste tema se dá, pois a inclusão é um tema que vem sendo discutido há anos, e vem avançando tanto em relação a leis, quanto em ações, ainda assim o fato de ter um aluno com deficiência em sala de aula regular não é garantia de inclusão, é necessário meios, atitudes, profissionais com formação adequada, recursos em todos os sentidos para que a criança tenha seu direito de ter acesso à educação realmente garantido e respeitado, a atuação

do professor do AEE vem para auxiliar neste processo de inclusão, realizando adaptações e recursos necessários para auxiliar a criança com deficiência a superar as barreiras que possam impedir seu ensino e a inclusão.

A problemática que norteará esta pesquisa é como se dá a formação do professor na atuação do AEE? Para isto é necessário apresentar o que é o AEE, seu papel na escola e seu embasamento legal, os profissionais que podem atuar neste, assim como foi necessário a pesquisa sobre a DI, lembrando que o AEE atende crianças com deficiência, transtornos, superdotação e altas habilidades, porém neste caso o foco será DI e como acontece o processo de ensino neste ambiente.

Dessa forma, esse estudo tem por objetivo analisar o processo de formação do especialista do AEE, para implicações no ensino do aluno com DI.

A aprendizagem se dá de forma singular, onde cada indivíduo tem sua própria maneira de decodificar as informações que recebe, entende, armazena e utiliza, junto a esta singularidade surge à questão o que é deficiência intelectual?

Assim para o desenvolvimento deste artigo se faz interessante um estudo sobre o AEE, como é organizado este trabalho, qual seu objetivo, formação profissional, são questões adequadas que devem ser levadas em consideração para aprofundar os conhecimentos referentes ao tema deste trabalho.

Por fim, esta trata-se de uma pesquisa bibliográfica qualitativa que foi realizada por meios eletrônicos, utilizando pesquisa bibliográfica nas seguintes bases de dados, *Scielo*, banco de dissertações e teses da Unesp, utilizando as palavras-chave, “Atendimento educacional especializado”, “deficiência intelectual”, “ensino”, “professor especialista” e “educação inclusiva” para ter acesso aos materiais referentes ao tema como artigos, leis entre outros e também utilizaram-se livros que apresentaram matérias adequados e de grande valia para o desenvolvimento deste artigo, assim sendo, este trabalho será dividido em partes, a saber, Introdução onde apresentará à temática, problema e o objetivo geral que norteará a pesquisa e a metodologia de pesquisa, seguido pelo tópico

Conceituando DI que abordará conforme o que é, e como ocorre o ensino para estes, o próximo tópico apresentará sobre o que é o AEE, como ocorre, qual seu papel, embasamento legal e os profissionais que atuam neste seguimento, o quarto tópico trará o papel do professor especialista e sua atuação no AEE para ensino da criança com DI, por fim as considerações finais que apontará as últimas apreciações sobre este trabalho.

2. CONCEITUANDO DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Por muito tempo houve certa dificuldade em como apresentar a classificação da deficiência intelectual, já foi chamada de retardo mental, excepcional, retardado, deficiente e muitos outros, porém atualmente e devido à utilização do DSM-5, a Deficiência intelectual é o termo correto e que deve ser usado, neste mesmo documento encontra-se a sua definição.

A deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) caracteriza-se por déficits em capacidades mentais genéricas, como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência. Os déficits resultam em prejuízos no funcionamento adaptativo, de modo que o indivíduo não consegue atingir padrões de independência pessoal e responsabilidade social em um ou mais aspectos da vida diária, incluindo comunicação, participação social, funcionamento acadêmico ou profissional e independência pessoal em casa ou na comunidade. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 31).

Assim sendo, a pessoa com deficiência intelectual apresenta a junção de determinados déficits relacionados a capacidades mentais, fazendo com que este indivíduo não consiga realizar certas tarefas, tenha dificuldade de aprendizagem e tenha dificuldades em se tornar alguém independente e com responsabilidade social.

No ambiente escolar, mais propriamente dito na sala regular seu desenvolvimento será diferente dos outros alunos, e ao professor cabe desenvolver meios para que este tenha seu aprendizado garantido, bem como a sua inclusão, para auxiliar em seu desenvolvimento a escola pode ofertar no contraturno o Atendimento Educacional Especializado.

Sendo a educação um direito de todos, cabe também o direito de ter uma aprendizagem adequada a todos aqueles que possuem algum tipo de deficiência, buscando meios para que o aluno consiga se apropriar do conhecimento, mas também de estar incluso no ambiente escolar, não apenas estar presente, a presença de um deficiente em sala de aula não está relacionado à inclusão, o seu relacionamento com os outros alunos e a maneira como o professor utiliza suas estratégias para que este aprenda é sim considerada a inclusão de fato.

A deficiência não é uma categoria com perfis clínicos estáveis, sendo estabelecida em função da resposta educacional. O sistema educacional pode, portanto, intervir para favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com algumas características “deficitárias”. (COLL et al., 1995 p. 12).

A utilização de metodologias e recursos com fins pedagógicos e com objetivos bem definidos pelos professores auxilia grandemente o processo de ensino, assim como levar em consideração a individualidade de cada um, identificar o que o aluno já sabe e que todo aluno

tem condição de aprender algo, para isto, deve-se observar quais recursos e maneiras chama mais atenção e facilita o seu entendimento do conteúdo que está sendo trabalhado em sala de aula.

A deficiência intelectual não é considerada uma doença ou um transtorno psiquiátrico, e sim um ou mais fatores que causam prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro. (HONORA; FRIZANCO, 2008, p. 103).

Por tanto a deficiência intelectual é um prejuízo das funções cognitivas e não uma incapacidade, podendo assim desenvolver habilidades e adquirir aprendizados de maneira diferente, para isto é necessário um trabalho focado em cada indivíduo e sua particularidade, assim sendo, cada pessoa com DI apresentará características diferentes, não tendo um padrão único, pois o ambiente familiar, social e estímulos nunca são os mesmos para todas as pessoas, e isso é o que auxilia na formação de cada sujeito, que os tornam seres únicos e com suas particularidades.

Sendo assim, a DI está atrelada a algumas pessoas, e estas não vão deixar de ter esta condição, quando falamos de um grau elevado de DI, é uma particularidade deles, é inerente a quem a possui, isso não significa que não podem aprender ou viver em sociedade, mas que precisam de mais atenção e de maneiras diferentes para que elas possam adquirir saberes que outras crianças da mesma idade aprendem de maneira mais rápida e sem a necessidade de metodologias diferentes, o diagnóstico precoce é algo importante para já iniciar os estímulos adequados, leva-se em consideração um padrão de desenvolvimento desde que são bebês como, com quantos meses conseguiu rolar sozinho, quando sentou, quando conseguiu segurar sozinho a colher, uma criança com DI apresenta atrasos nestas atividades e assim a observação dos pais em identificar a demora que seu bebê está apresentando em se desenvolver, e procurar ajuda médica e especializada para o diagnóstico e a iniciar os estímulos que vão auxiliar muito no desenvolvimento desta criança.

Devem-se deixar de lado os rótulos e levar em consideração que a pessoa com DI é um ser humano que tem suas dificuldades, porém seus interesses que vão auxiliar em seu processo de ensino, o conhecimento e a convivência são a maneira ideal e que vão auxiliar a desenvolver um olhar e um caminho que nos leve a pensar em como construir um novo pensamento sobre os meios para auxiliar no ensino das pessoas com DI.

3. CONCEITUANDO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma modalidade de ensino que está ligado de maneira ampla e geral aos níveis de ensino, é um atendimento que busca identificar e desenvolver meios e recursos para orientar a utilização destes, objetivando auxiliar o desenvolvimento de cada aluno público alvo, auxiliando assim nas aulas regulares. O AEE é composto por professores especializados conforme se sita abaixo:

§ 3º Os professores especializados em educação especial deverão comprovar: I - formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental; II - complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio; (BRASIL, 2001, p. 5).

A formação do profissional do AEE deve ser específica nas áreas necessárias, pois se trata de um trabalho que necessita de conhecimento adequado e focado em cada aluno e em sua deficiência, fazendo com que este consiga de maneira satisfatória identificar e desenvolver os processos e recursos específicos que cada aluno precisa para que a aprendizagem ocorra realmente.

Existem duas categorias quando se fala em formação de professor para atuar com crianças com deficiência e necessidades educacionais especiais, sendo eles os capacitados e os especializados, onde os capacitados atuam em sala regular, já os especializados no AEE. Onde os capacitados devem:

- I - perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;
- II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;
- III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;
- IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.” (BRASIL, 2001, p. 5).

Diante de uma sala de ensino regular, o trabalho do professor capacitado é de sempre agir para a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais, buscando adaptar suas aulas para que o aluno tenha uma participação ativa e tenha condições de aprender, dentro de suas especificidades, observar e avaliar constantemente se os métodos que estão sendo utilizados são adequados e atingirão os objetivos pedagógicos traçados, a atuação em equipe é

de extrema importância para adquirir novas habilidades, como também trocar experiências para que realmente o processo de ensino aprendizagem possa acontecer de maneira adequada. Os professores especializados são os que:

§ 2º [...] desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequadas aos atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. (BRASIL, 2001, p. 5).

Aos professores especializados cabe identificar qual a necessidade do aluno e suas especificidades, para que possa desenvolver estratégias e metodologias específicas para cada aluno, trabalhar em conjunto com o professor do ensino regular bem como dos demais profissionais que sejam necessários para auxiliar o processo de ensino aprendizagem e a inclusão.

Desenvolver recursos e utilizar ferramentas para auxiliar no ensino, visto que, segundo a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva:

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008, p. 16).

O AEE acontece no contra turno das aulas regulares, sendo assim é algo voltado para auxiliar na aprendizagem do aluno, este não substitui o ensino regular, pode-se dizer que é uma extensão da educação especial, ele complementa ou suplementa a formação do aluno buscando sempre a autonomia deste, é obrigatório seu oferecimento à família, porém não pode ser imposto como condição de matrícula do aluno com deficiência em escola comum. O atendimento educacional especializado (AEE), de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, tem a função de:

[...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008, p. 10).

O professor do AEE desenvolve um trabalho tendo como foco a necessidade de cada criança, sendo este o motivo de sua formação específica, para isto é preciso identificar as

necessidades do aluno e o que poderá auxiliá-lo no ensino, elaborar recursos que se adéquam ao fim pedagógico, organizar sua aula objetivando sempre promover o aprendizado e eliminar ou diminuir ao máximo as barreiras para que o aluno possa sentir-se parte do ambiente escolar e também da sociedade, o AEE não substitui o ambiente escolar encontrado nas salas regulares, tanto em interação com os alunos quanto nos fins pedagógicos, e nem é este seu objetivo e sim desenvolver as atividades de forma que o aluno tenha condições e mais tempo para que isto aconteça, sendo assim, o professor do (AEE), de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em sua Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 diz que:

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado: I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial; II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais; IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola; V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação; VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (BRASIL, 2009, p. 3).

Dentre as funções de desenvolver a utilizar recursos que auxiliem no ensino da criança com necessidades especiais, existe também, a necessidade de documentar desde a chegada do aluno, para isto utiliza-se o Plano de Atendimento educacional especializado, cada aluno deve ter este documento com sua identificação, suas aptidões já desenvolvidas, este documento permite registrar diariamente o que e como foram realizadas as atividades com o aluno, assim sendo torna-se um instrumento de trabalho que auxilia o professor a verificar e avaliar o desenvolvimento do aluno, mas também de se auto observar e avaliar, para que possa identificar possíveis mudanças em sua metodologia de trabalho.

Este relatório torna-se uma ferramenta necessária, visto que este pode ser apresentado ao professor de ensino regular para que ambos possam observar e debater o desenvolvimento do aluno, identificar as dificuldades do aluno e como isso pode ser trabalhado, o trabalho colaborativo neste caso é de extrema importância, a ação em conjunto do professor do ensino

regular e do professor do AEE devem andar lado a lado, ambos tem o mesmo objetivo, o ensino e a inclusão do aluno, bem como com o corpo docente, a troca de informações e de experiências é bem vinda para que os objetivos pedagógicos sejam alcançados.

A participação da família no ambiente escolar é de grande valia para o desenvolvimento do aluno, podendo o professor do AEE apresentar os recursos e como utilizá-los para promover o aprendizado da criança, bem como as adequações e metodologias específicas para promover o ensino naquele ambiente, e como este auxilia o aprendizado na sala de ensino regular.

Assim sendo conforme dito no Decreto nº 7.611/2011, as ações e atividades desenvolvidas na sala do AEE são para eliminar as barreiras que possam dificultar o processo de ensino aprendizagem da criança com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, este mesmo decreto assegura dupla matrícula ao aluno e estabelece que:

Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes: I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; II - aprendizado ao longo de toda a vida; III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência; IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais; V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena; VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; e VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial. § 1º Para fins deste Decreto, considera-se público-alvo da educação especial as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2011, s.p.).

Sendo dever de o Estado oferecer educação para todos, cabe a este ofertar uma educação que se adéquie aos deficientes, objetivando também a inclusão destes, de maneira que seja disponibilizada a todos uma educação igualitária e sem discriminação, quando fala-se de educação, refere-se ao ambiente físico escolar, que não limite o acesso aos ambientes, como por exemplo, rampas e ou elevadores para aqueles com dificuldades motoras, professores e coordenação capacitados para atender o aluno com suas especificidades, deficiências, altas habilidades e super dotação, e equipamentos e um Projeto Político Pedagógico que leve em consideração a importância da inclusão.

3.1 FORMAÇÃO DO PROFESSOR ESPECIALISTA E O ENSINO DA CRIANÇA COM DEFICIENCIA INTELECTUAL

A formação sólida do professor especialista em função da importância dos seus processos de ensino diretamente na atuação com o aluno com DI é a base para o desenvolvimento e evolução adequado em seu trabalho diário.

É preciso embasar os atuais e futuros professores com conhecimentos teoricamente consistentes sobre desenvolvimento humano que lhes permitam conceber processos de ensinoaprendizagem adequados à diversidade do alunado que frequenta as escolas. Paralelamente, é necessário que vivenciem práticas pedagógicas, recursos e metodologias adaptados que possam ser usados com alunos que apresentem especificidades significativas no processo de aprendizagem. (GLAT; PLETSCH, 2011, p. 119).

A graduação apresenta de modo sucinto sobre deficiência e inclusão, assim sendo a formação continuada é de suma necessidade para que o profissional tenha conhecimento adequado e focado em DI, conhecendo de forma mais específica os processos de ensino para estes, e tendo a oportunidade de conhecer recursos, metodologias e adaptações para auxiliar no desenvolvimento do aluno com DI.

A graduação e a formação continuada devem estar inseridas em um programa educacional, onde os professores tenham a oportunidade de renovar e aperfeiçoar seus conhecimentos, e isto deve ser apreciado pelas Secretarias de Educação de cada estado e município, assim como, cada escola deve ser observada em relação às condições de trabalho e o destino dos recursos específicos à Educação Especial. (GATTI, 1998, p. 1).

Assim o professor especialista tem a necessidade de estar em constante aprendizado, para que possa desenvolver seu trabalho, que no AEE inicia-se com o registro e documentação para identificação de cada estudante que chega a ele, que é chamada de Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI), que deverá conter a identificação do aluno, como nome, data de nascimento, serie data do planejamento, e também,

Como seu papel é de suporte e de ser o ponto de apoio para aprendizagem, deverá avaliar os aspectos que compõem o PDI, que, no caso da deficiência intelectual, relacionam-se com as funções cognitivas ou intelectuais, porém, ao mesmo tempo, relacionam-se com a proposta curricular. Assim, deverá avaliar: 1) função cognitiva: percepção, atenção, memória, linguagem, raciocínio lógico; 2) função pessoal-social: estado emocional, reação à frustração, isolamento, medos; interação grupal, cooperação, afetividade. (MILANEZ; OLIVEIRA, 2013, p. 22).

O trabalho do professor do AEE é auxiliar no desenvolvimento cognitivo e ou intelectual da criança com DI, e isto deve estar atrelado à proposta curricular da escola, ou seja, tudo que deverá ser ensinado a este aluno, é de acordo com a proposta curricular da escola, porém com adaptações, tendo assim o mesmo objetivo que o professor do ensino regular em relação às disciplinas trabalhadas em sala de aula.

O PDI deve também conter a avaliação do professor do AEE em relação às funções cognitivas do aluno, pois a relação destas é que permite entender o comportamento alheio, assim é importante que o professor especialista registre como estas funções ocorrem na criança com DI, como é sua percepção, memória, linguagem e raciocínio lógico. Além deste também se devem observar as funções relacionadas à pessoal social, que está ligada à sua interação com outras pessoas e seus sentimentos, além destes deve-se também observar,

Os aspectos ligados à função cognitiva relacionam-se diretamente às funções psicológicas superiores (percepção, atenção, memória, linguagem, raciocínio lógico) e às associadas à conduta do aluno (aspectos emocionais, afetivos e sociais), sendo que todos eles são necessários para o seu desenvolvimento escolar e curricular. Esses aspectos serão diferenciados conforme a faixa etária do aluno e nível de ensino – infantil ou fundamental (ciclos 1 e 2). Se, na Educação Infantil, os referenciais de percepção, por exemplo, ainda estão ligados aos aspectos de discriminação básica (formas, cores, espaços, desenhos, etc.), no Ensino Fundamental já devem se encontrar em situações mais sofisticadas dos próprios processos perceptivos (distinção entre letras e números, quantidades, conjuntos, relações, gêneros textuais, etc.). (MILANEZ; OLIVEIRA, 2013, p. 22).

O processo de ensino da criança com DI, não se refere apenas aos conteúdos didáticos, mas também a conduta do aluno, suas ações, seu comportamento, o ser que se tornou de acordo com suas vivências, estes aspectos fazem parte da formação e da maneira como este vai viver em sociedade, e a escola é uma composição dos conhecimentos científicos juntamente com virtude que serão ensinados aos alunos para seu desenvolvimento educacional e social, assim sendo estes conhecimentos são divididos em séries e por idade, onde em tese todos os alunos desta mesma faixa etária terão o mesmo desenvolvimento, o convívio da criança com DI nas aulas regulares auxilia neste processo de socialização e inclusão, por ser tratado da mesma maneira como os demais, e colocando todos os outros alunos para respeitar as diferenças.

Devido a isso, o professor do AEE já tem uma base do desenvolvimento que é esperado para os alunos de determinada idade, e assim que recebe um aluno com DI, é adequado conversar em particular com ele para conhecê-lo e verificar suas dificuldades, mas também o que ele já sabe, suas preferências e registrar essas informações no PDI, é interessante também

conversar com a família para conhecer a história destes e para saber como é o dia a dia da criança, são informações que vão auxiliar no trabalho do professor.

O PDI será então o registro onde o professor especialista, documentará o desenvolvimento do aluno de acordo com seu trabalho e utilizando métodos, metodologias e recursos que vão auxiliar no ensino de cada aluno, de acordo com o que está sendo trabalhado na sala regular, adaptando materiais para que este processo seja executado, e verificar se está tendo resultado, não há problema em mudar as estratégias ou métodos.

No momento em que o professor detiver o conhecimento dos instrumentos de ação para efetivar sua prática educativa e não só tiver o conhecimento, mas souber operacionalizar estes instrumentos em favor de seu alunado, passará então a ter liberdade de criação e direcionamento de sua prática embasada em uma teoria viva. (ZANATTA, 2004, p. 9).

O conhecimento específico é de extrema importância para a execução do trabalho, pois por meio deste adquire-se saberes que estão focados em determinada deficiência, transtorno, altas habilidades e super dotação, porém a prática destes saberes é necessário, estes serão aplicados para o desenvolvimento de um ser humano que tem características únicas e próprias, assim o professor especialista deve ser dotado de saberes, conhecimentos específicos, a prática destes conhecimentos e como utilizar estes para o desenvolvimento do aluno, assim este especialista terá alcançado a práxis.

Para auxiliar no ensino o professor especialista deve manter uma comunicação adequada e simples com o aluno, sem infantilizar as palavras, e ser o mais claro possível, se for necessário, reformular as frases de outra maneira para que a criança compreenda o que está sendo dito.

Não há dúvida que a necessidade de cuidado maior imposta por sua condição restringe e transforma, em maior ou menor grau, a vida de todos os que lhes são próximos. No entanto, é importante que atenção que lhe é dada seja no sentido de estimular e incentivar ao máximo sua autonomia e crescimento, para que ele possa aprender a melhor lidar com suas dificuldades. (GLAT, 2004, s.p.).

Oferecer à criança com DI atividades e situações que incentivem a sua autonomia, é necessário para que ele possa identificar dificuldades e aprenda e conviver com estas, ou até mesmo a possibilidade de solucioná-la, o professor especialista deve estar atento a todas as oportunidades de ensinar a criança, como o fato de lhe oferecer três alternativas de atividades, onde o aluno pode escolher qual será realizada naquela aula, esta situação estimula a

comunicação e o coloca no controle da situação, mostrando que a criança pode ter controle sobre suas escolhas, e que estas lhe trarão consequências, como o fato dele gostar ou não da atividade escolhida.

O AEE extraclasse é relevante e em muitos casos necessário, porém não garante, como único serviço de apoio, a qualidade do aprendizado ao aluno com deficiência em sala de aula, correndo o risco de que este também se torne mais um número no gráfico do fracasso escolar. (MENDES; VILARONGA; ZERBATO, 2014, p. 38).

Como mencionado em várias situações durante este trabalho, o AEE é um serviço de apoio oferecido ao público alvo da educação especial, com o intuito de auxiliar em seu desenvolvimento no ensino regular, assim é necessário um trabalho em conjunto com professores do ensino regular, diretores e gestores da escola, funcionários e a clientela como todo que esta escola atende, para que haja o desenvolvimento adequado em relação ao ensino e inclusão da criança com DI.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou o trabalho de pesquisa, constatou-se que havia uma problemática, por isso, fez-se necessário realizar investigações sobre o tema do AEE e o processo de ensino da criança com DI, visto que o processo de ensino está ligado ao professor, sua formação e atuação bem como isto se dão no ambiente do AEE, tendo como foco a criança com DI, delimitando assim a pesquisa.

Diante disto a pesquisa teve como objetivo analisar a importância do processo de formação do professor especialista do AEE, para implicações no ensino do aluno com DI, constata-se que este foi atingido, pois o trabalho demonstra mediante pesquisa bibliográfica que para atuação no AEE o professor especialista deve ter formação adequada e constante, visto como exigência nas leis apresentadas que para a atuação nesta área é necessário formação de especialista ou pós graduação nas áreas que se pretende atuar, pois a aquisição de conhecimentos específico é item indispensável para atuação e desenvolvimento do trabalho, neste caso referente ao ensino da criança com DI.

Este artigo procurou realizar uma discussão sobre a formação do professor especialista para sua atuação no AEE, proporcionando um estudo que contempla o embasamento legal quanto à formação necessária sendo especialista ou pós graduado, bem como o campo de atuação e as habilidades que este deve possuir para atendimento ao público alvo da educação

especial, mostrando a diferença entre o professor capacitado e o professor especialista, para atuação nesta extensão do ensino regular com vistas a proporcionar meios para auxiliar no desenvolvimento da criança com DI, sendo um trabalhado em conjunto com o professor capacitado, corpo docente e gestores da escola, deixando claro que o professor especialista do AEE não é único e exclusivamente responsável pelo ensino e inclusão da criança com DI, pois é direito da criança estar matriculado e frequentar o ensino regular, onde o papel do especialista está ligado ao fato de tornar o ensino desta criança adequado as suas especificidades e suas características única, de acordo com o que são trabalhado em sala regular, assim é importante ressaltar que o AEE e o professor especialista, hoje, são parte do ensino regular que busca auxiliar, no processo de ensino e inclusão da criança com DI.

A inclusão vai muito além das leis e de discursos, é preciso atitudes e muito conhecimento tanto a respeito da deficiência quanto ao modo como as crianças com deficiência são inclusas nas escolas, bem como ocorre o processo de ensino e como se dá a formação dos profissionais que atuam nesta área.

Pode-se dizer que a teoria é a base que norteará o início do trabalho do professor especialista, porém a prática desta é quem demonstrará sua eficácia ou não, assim, percebeu-se que para o ensino da criança com DI ainda é escasso materiais que demonstrem as práticas pedagógicas, metodologias utilizadas e resultados destas para uma análise, o quanto seria interessante e adequado a divulgação destes materiais, quais benefícios que o resultado de debates sobre estes matérias poderiam trazer para auxiliar os professores, seria interessante a criação de uma rede de compartilhamentos para troca de experiências entre os profissionais que atuam nesta esfera, estes são questionamentos que demonstra o quanto ainda pode ser feito para auxiliar a respeito de ensino da criança com DI, onde a divulgação destas práxis poderia talvez auxiliar na identificação de outros meios e caminhos que levem a novos rumos educacionais.

5. REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais.** Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento [et al.]. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 31p. Título original: Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders. ISBN: 978-85-871-09-0. Disponível em: <http://www.niip.com.br/wpcontent/uploads/2018/06/Manual-Diagnóstico-e-Estatístico-de-Transtornos-MentaisDSM-5-1-pdf.pdf> Acesso em: 01/06/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília, DF:

- MEC/SEESP, 2001. 5p. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> Acesso em: 01/07/2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** 2008. 16p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> Acesso em: 05/07/2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** 2008. 10p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> Acesso em: 05/07/2020.
- BRASIL. Ministério da Educação Conselho Nacional De Educação Câmara De Educação Básica. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF, 2009. 3p. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf Acesso em 22/06/2020.
- BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providencias, Brasília, DF, 2011. s.p. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20112014/2011/decreto/d7611.htm Acesso em: 23/06/2020.
- BRASIL, **Lei nº 9.394. de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional,1996. s.p. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 23/06/2020.
- Brasil, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** s.p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicacomilado.htm Acesso em: 15/07/2020.
- COLL C. et al., **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar.** Porto Alegre: Artes Medicas Sul, 1995. 12p.
- GATTI, B. A. **Curso de pedagogia em questão ou a questão da formação dos educadores.** São Paulo, Nuances, 1998, 1-4p.
- GLAT, R.; PLETSCH, M. D. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. 119p.
- GLAT, R. **Uma família presente e participativa:o papel da família no desenvolvimento e inclusão social da pessoa com necessidades especiais.** Anais do 9 Congresso Estadual das APAEs de Minas Gerais, 2004. S.p.
- HONORA M.; FRIZANCO M. L., **Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva.** Ciranda Cultural, 2008.
- MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial.** EdUFSCar, São Carlos. 2014.

MILANEZ, S. G. C; OLIVEIRA, A. A. S. de. Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência intelectual: A política, as concepções e a avaliação. In: MISQUIATTI, A. R. N. (ORG.). **Atendimento Educacional Especializado para alunos com Deficiência Intelectual e Transtornos Globais do Desenvolvimento**. Marília: Cultura Acadêmica, 2013. 22p. Disponível em https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro_10_milanez.pdf Acesso em: 21/06/2020.

NOGUEIRA, M. L. de L.; Oliveira, E. da S. G. de; SÁ, M. S. M. M. **Legislações e Políticas Públicas em educação Inclusiva**. 2ª Ed. – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009. 184p.

RODRIGUES, M. R. **Um breve histórico da Educação Inclusiva: Características do atendimento educacional especializado**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. 2020. 164-174p. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/caracteristicas-doatendimento> Acesso em: 28/06/2020.

SILVA, P. F. da. **História do atendimento educacional especializado no Brasil: um estudo sobre o trabalho pedagógico nas salas de recursos multifuncionais e suas contribuições para a inclusão escolar**. 2017. 32f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2017. 13-17p. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/13727> Acesso em: 19/07/2020.

ZANATTA, E. M. **Práticas pedagógicas inclusivas para alunos surdos numa perspectiva colaborativa**. 2004. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2004.

A Revista Científica Eletrônica de Pedagogia é uma publicação semestral da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FAEF e da Editora FAEF, mantidas pela Sociedade Cultural e Educacional de Garça. Rod. Cmte. João Ribeiro de Barros km 420, via de acesso a Garça km 1, CEP 17400-000 / Tel. (14) 3407-8000. www.faeef.br – www.faeef.revista.inf.br – pedagogia@faef.br